



ATA DA 122ª (CENTÉSIMA VIGÉSSIMA SEGUNDA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 21 (vinte e um) do mês de junho de 2023, a 122ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo virtual – 9h00 às 13h00 horas.

2 – Participantes:

Membros do CAE:

Alessandra Valéria Tolentino Stief
Carla Cristina de Oliveira Poletti
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora
Grace Maria Silva Urbano

Secretaria de Governança:

Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob

Convidado

Leila Cristina Pereira Rodrigues Serrano

3 – Diretoria Administrativa e Financeira

Alexandre Tayama – DF/A
Marli Cândido Dutra – DFSC

Acompanhamento do fluxo de caixa / Receitas Tarifárias e Custos por Sistemas;

- Atualização das Ações do Bilhete Único;
- Demonstrações Contábeis maio/2023;

Documentos disponibilizados:

- 2023.05_Fechamento Contábil
- 2023.05_Fechamento Contábil_Aberturas;
- CONSAD_202306
- DFFA-arrecadação-tarifas_média_2023-05-novo.

A Senhora Marli Candido Dutra iniciou a apresentação das principais variações do período, com destaque para: i) Balanço patrimonial – maio/2023; ii) Demonstração de resultado: a) devido ao aumento de dias úteis houve aumento na arrecadação; b) subvenção para custeio, em decorrência de não ter havido recursos adicionais para a cobertura de despesas de custeio; c) gratuidades/ressarcimentos, houve recebimento de cota adicional em razão de diferença do que havia sido transportado por gratuidade; d) outras receitas: decorrente de entregas dos lotes de leilão vendido, e) pessoal, pagamento retroativo do acordo coletivo de trabalho; f) limpeza e conservação, outros serviços de terceiros, energia elétrica de tração, variações decorrentes de medições dos meses de abril e maio em razão da data de corte; g) energia elétrica de tração; h) materiais; i) outros custos, despesas administrativas: a) pessoal, b) tecnologia da informação; c) indenizações; d) indenizações da FEPASA; e) provisões para contingências; outras receitas e despesas das operações assistidas: variações decorrentes de entradas e saídas.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE agradece a apresentação e recomenda: i) que a CPTM continue enviado esforços para que se tenha o imediato ressarcimento pela Secretaria da Fazenda dos valores pagos a título de condenação de demandar reclamações que tenha por objeto os empregados FEPASA, no sentido de dar celeridade ao recebimento dos valores; ii) as alterações no passivo circulante de provisões trabalhistas

sejam esclarecidas pelo Jurídico, de modo a que se dê destaque as justificativas que culminaram nessa alteração, bem como que se tal fato pode refletir na alteração de demais situações; iii) que se traga ao Comitê maiores esclarecimentos quanto a ação de reequilíbrio econômico-financeiro para a ação de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da via permanente das Linhas 7 e 10.

O Senhor Alexandre Tayama iniciou a apresentação acerca do acompanhamento do fluxo de caixa / Receitas Tarifárias e Custos por Sistemas destacando: i) passageiros transportados série histórica comparativa 2019/2023; ii) participação por linhas dos passageiros transportados; iii) passageiros pagantes série histórica comparativa 2019/2023; iv) passageiros com gratuidade série histórica comparativa 2019/2023; v) passageiros de meia tarifa transportados meia tarifa série histórica comparativa 2019/2023; vi) tarifas médias - diferença entre a receita tarifária bruta – o que teríamos direito de receber pelo que foi efetivamente transportado, receita tarifária líquida – o que efetivamente é recebido em caixa, receita referencial - valor que a Companhia precisaria receber para manter a operação; vii) fluxo de caixa, queda na estimativa da receita tarifária; viii) receitas líquidas por sistema, com destaque para a queda do bilhete único; ix) quadro comparativo de receita tarifária prevista e realizada; x) quadro comparativa da receita não tarifária prevista e realizada; xi) ressarcimentos, representados por depósitos judiciais e da ViaMobilidade e da FEPASA.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE agradece a apresentação e recomenda que: i) alteração da nomenclatura utilizada para identificação das tarifas médias, objetivando dar maior clareza nas respectivas denominações evitando a comparação com termos contábeis.

4 – Auditoria

- Juliana Stark – DRAU

- Angelica Aparecida Severino da Silva – Mazars

- Discutir a carta de recomendações dos auditores independentes;
- Supervisionar a execução do Plano Diretor de Auditoria Interna;
- Relato dos Trabalhos de Auditoria Interna em andamento no mês

Documentos disponibilizados:

Carta de Controles Internos - Mazars

DRAU - Até 16-06-2023

REL00323 - Demanda GRM - quiz 31 anos - CPTMDCI202323592A

REL63923 - Despesas com representação - CPTMDCI202323920A

REL64023 - CONTÍNUA Contratos de Investimento - SEI_386.00001093_2023_06

A Sra. Angelica Aparecida Severino da Silva iniciou a apresentação da carta de controles internos destacando: i) **Deficiência significativas**: - Não identificado evidências de criptografia no ambiente corporativo; - Inexistência de plano de recuperação de dados em situação de desastre; ii) **Deficiências ou recomendações de melhorias**: - Ausência de matriz de risco de segregação de função nos sistemas ALVO e MIX; - Implementado medidas de segurança adicionais para proteger a infraestrutura cibernética, existindo áreas que precisam ser aprimoradas; - Inexistência de Plano Diretor de Tecnologia da Informação e de um Planejamento Estratégico para acompanhamento de efetividade dos sistemas; - Gerenciamento organizado de riscos; - PRODESP não possui controle perimetral; - Revisão do Ativo Imobilizado com a necessidade de emissão de laudo anual de avaliação para o efetivo tratamento do impairment e da vida útil do imobilizado.

Comentário e Sugestões do CAE:

O CAE agradece a apresentação e recomenda que: i) a Companhia traga o acompanhamento dos pontos identificados pela Mazars, bem como o detalhamento das ações tendo em vista que alguns são identificados como recorrentes; ii) endereçamento com urgência, dos itens apontados pela Mazars, considerando sua recorrência desde 2022.

Pendências:

Na reunião de julho deverá ser apresentado ao CAE o andamento das ações dos pontos de controle interno identificados pela Mazars.

A Sra. Juliana Stark iniciou a apresentação destacando os trabalhos em andamento: i) auditoria programada: gestão patrimonial e uso de imóveis residenciais, controle de vale alimentação e vale refeição; padronização de comunicação entre CCO/Maquinistas; ii) autoria contínua: pensões (Acidentes/alimentícias) e lançamentos contábeis manuais; iii) assessoria: sorteio LGPD e risco de integridade – SisDOF – DOLA.

5 – Avaliar passivo atuarial – REFER

- Marli Cândido Dutra – DFSC
- Rafael Toniato Mangerona – GRJ;
- Ivan Aparecido de Souza Moreno – GFH
- José Antonio Magri - GFH - Escritório Contratado
- Fernanda Gaban Monteiro – GRH
- Maria Regina Scurachio Sales Alvarenga – PR/A
- Dra. Ana Paula Raeffray – Raeffray Brugioni Advogados

Documentos disponibilizados:

- Apresentação Comitê de Auditoria 21062023.

A Dra. Ana Paula Raeffray iniciou a apresentação destacando: i) contextualização da REFER e atual status na Companhia; ii) informação do plano de benefício definido com cenário do ano de 2022; iii) fatos relevantes: acordo judicial para pagamento da dívida da União com a REFER, que vem desde a cisão do plano e da CBTU que deu origem a CPTM; a restrição do plano aos empregados da CBTU que foram “cindidos” a CPTM. Antes mesmo da cisão já havia um déficit no plano, oportunidade em que, quando da cisão, a CBTU assumiu a dívida. A dívida foi inadimplida por muitos anos pela CBTU, objeto de inúmeras ações e acordos, todos inadimplidos. Soma-se a isso que a REFER passou por várias questões de gestão do plano, com envolvimento em operações. Diante disso, a União firmou o acordo assumindo a dívida da CBTU, o que permitiu a CPTM o fechamento do plano para novas adesões; iv) o acordo feito entre União/CBTU/REFER foi judicial, tendo a União se comprometido a pagar todos os valores das oriundas da cisão da CBTU, colimando no equacionamento do déficit histórico; v) patrimônio do plano de benefícios exercício de 2022, análise do patrimônio, provisões matemáticas e resultado 2021 e 2022, demonstrando a variação; vi) aspectos relevantes: equacionamento do déficit era o maior deles, com a superação disso em razão do acordo firmado. No entanto, alguns pontos merecem atenção posto poder colocar o acordo em risco, quais sejam: a) taxa de administração: a REFER cobrou taxa de administração de 15% incidente sobre as parcelas do acordo judicial firmando entre ela e CBTU/União, no período de julho de 2021 a junho de 2022, suspende essa cobrança diante de manifestação contrária da CPTM, tendo em vista que todo o valor referente ao acordo judicial deve ser destinado ao equacionamento do plano de benefícios, conforme fixado pela União. Muito embora a REFER tenha decidido devolver os valores do plano de benefícios pretende que os valores sejam líquidos de PISCONFINS e a compensação com a taxa de administração de investimentos nos 4 anos; b) reavaliação das quotas – risco de suspensão do pagamento do acordo judicial; c) transferência de gerenciamento do plano CBTU da REFER para o Banco do Brasil, tendo como risco para a CPTM, a continuidade do pagamento da dívida, a divisão do patrimônio comum aos planos de benefícios e a gestão da REFER; vii) medidas que podem ser adotadas pela CPTM após o fechamento do plano: avaliação da possibilidade de transferência de gerenciamento do Plano para outra EFPC, auditoria de investimento e auditoria atuarial, avaliação do patrimônio do plano e pedido de prestação de contas em face dos dirigentes da REFER e de exibição de documentos.

Comentário e Sugestão do CAE:

O CAE agradece a apresentação e recomenda que a Companhia continue envidando esforços para que as providências sejam adotadas com relação: i) cobrança da taxa de administração, ii) reavaliação da cota, iii) transferência da gestão e as medidas que a Companhia está adotando. Trazendo ao Comitê qualquer novidade sobre o assunto.

Recomenda, ainda, que a gestão de riscos da Companhia trate do assunto em especial diante da possibilidade de a Companhia vir a pagar a conta.

6 – Gerência de Conformidade, Riscos e Controles Internos

- Sergio de Carvalho Junior - GRI

- Monitorar o cumprimento do Código de Conduta da Empresa;
- Supervisionar o monitoramento dos riscos identificados e as ações para mitigar os efeitos.
- Relatório de Atividades da GRI

Documentos disponibilizados:

CAE GRI MAIO 2023

O Senhor Sérgio de Carvalho Junior iniciou a apresentação destacando: i) atividade do compliance para adequação aos Decretos; Decretos 67.681, 67.682, 67.683 e 67.684 editados pelo Governo do Estado relativos à Lei Anticorrupção, emitidos em 03/05/2023 ii) Controles Internos; iii) relatórios de conformidade para as normas; iv) políticas em revisão; v) monitoramento dos riscos identificados e ações adotados pela Gerência, com a reavaliação dos riscos de processo e lançamento do detalhamento dos planos de resposta no *software channel*, preparação para a análise de maturidade; vi) veiculação na intranet das ações do programa de integridade.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE agradece a apresentação e ressalta a necessidade de: i) apresentar o cronograma de revisão da matriz de risco para que seja apresentado ao Comitê e ao Conselho de Administração; ii) integração da matriz com o controle interno, em especial em razão dos pontos destacadas pela auditoria externa como: ausência da matriz de segregação de função, falta de controle perimetral no departamento de TI e não identificação de evidências de criptografias voltado para o sistema de TI e falta do laudo anual operacional da revisão do imobilizado; iii) realização de um plano de metas para as medidas de segurança de TI.

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora

ALESSANDRA VALÉRIA TOLENTINO
STIEF
Membro

CARLA CRISTINA DE OLIVEIRA
POLETTI
Membro

GRACE MARIA SILVA URBANO
Membro

CAROLINA VILELA SANTORO DE
CASTRO VIANNA JACOB
Secretaria